



O Camponês

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO SUL

Amigo!

Constitui grupos de leitores regulares, que regularmente contribuem para «O Camponês». Faz pedidos de dinheiro para a ajuda da publicação e melhoramento do nosso jornal.

Promove bailes, rifas e outros tipos de iniciativa que conheças, de maneira a fazeres publicar nele uma ou mais rubricas com o dinheiro recolhido.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E A REFORMA AGRÁRIA

POR toda a parte se houve dizer que a nossa agricultura atravessa uma grave crise. Os fascistas e a sua própria imprensa diária várias vezes se têm visto na necessidade de abordar este problema. Mas, o que eles nunca disseram e já não dirão, é que as causas desta crise são uma consequência da desastrosa política fascista e da via reaccionária do desenvolvimento capitalista do campo imposta pela ditadura terrorista da oligarquia financeira e latifundiária. Nos seus «planos de fomentos» e «intercalares», nas suas discursatas e artigos não oferecem qualquer solução efectiva para este problema, mas apenas procuram extinguir a sua responsabilidade o regime fascista de Salazar. A única perspectiva que eles oferecem aos trabalhadores que trabalham a terra é a de rebentarem de fome ou a de empreenderem o penoso caminho da emigração e a ruína dos pequenos e médios agricultores.

Cada vez há mais terra sem homens e mais homens sem terra e sem trabalho. — Tal é o balanço de 40 anos de ditadura fascista. A realização duma Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha converteu-se numa tarefa actual de todas as forças democráticas que estejam interessadas numa agricultura progressiva e florescente. Vejamos o que diz o Programa do Partido Comunista Português para a revolução democrática e nacional e que foi aprovado no seu VI Congresso, no seu 3.º ponto cujo título é «REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA ENTREGANDO A TERRA A QUEM A TRABALHA», que transcrevemos na íntegra.

«Apesar das contradições existentes entre os monopólios industriais e bancários e os grandes agrários (quanto aos preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais, quanto à posse das «indústrias subsidiárias da agricultura» quanto ao crédito, etc), estes estão cada vez mais intimamente ligados ao capital financeiro, partilham o poder político com os monopólios, constituem junto com estes a base social da ditadura fascista.

A política do governo fascista na agricultura tem sido e é a política de defesa dos interesses dos latifundiários e dos grandes capitalistas contra as restantes classes laboriosas dos campos.

Os baixos salários e o desemprego durante grande parte do ano tornam cada vez maior a miséria dos assalariados rurais. A fixação de

preços não compensadores aos pequenos agricultores; a atribuição da direcção do mercado e dos preços dos produtos agrícolas aos grandes senhores da terra instalados nos Grémios, Juntas e Federações; o peso esmagador dos impostos; os empréstimos usurários que muitas vezes dão lugar à expropriação das terras; a situação desvantajosa e a inferioridade dos pequenos agricultores no que respeita a máquinas, a gado, a adubos, a técnica, e a crédito; colocam a pequena lavoura na impossibilidade de concorrer com a grande e provocam inexoravelmente a sua ruína e liquidação. Centenas de milhares de pequenas explorações agrícolas desapareceram desde o advento da ditadura fascista. A proletarianização dos pequenos agricultores verifica-se rapidamente.

(continua na 3.ª pag.)

UM PUNHADO DE TRAIDORES VENDE A NAÇÃO A RETALHOS!

Prosseguindo cada vez mais na sua política de submissão ao imperialismo estrangeiro, a camarilha governante, tal como um lojista vende pano, está a vender a retalhos o nosso território pátrio, comprometendo cada vez mais a soberania nacional.

Depois de transformar o país numa base da NATO, instalando poderosos arsenais de material de guerra e rampas de lançamento de foguetes destinados a atacar os países socialistas; depois de ter cedido aos revanchistas alemães a base de Beja, onde vão efectuar perigosos exercícios, pondo em perigo a vida das populações, o governo fascista de Salazar cedeu logo a seguir mais uma parcela do nosso território à França, uma base militar nos Açores. Como achasse pouco tudo isto, acaba de entrar em negociações com um grupo de monopolistas estrangeiros que se propõe comprar uma área de 100 mil hectares de terra (60% do terreno englobado no plano de rega do Alentejo).

Bem pode este punhado de inimigos do povo gritar que são os «de

Continua na 3.ª pag.

As Nossas Lutas e os Nossos Problemas

MONTE-MOR - 6-NOVO — Os agrários desta região mais uma vez se preparam para serem eles a impôr as jornas aos trabalhadores da apanha da azeitona pagando 30\$00 aos homens e 15\$00 às mulheres. Mas, os trabalhadores mais uma vez decidiram ser eles a impôr as jornas aos agrários e exigiram 35\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres. Esta reivindicação dos valentes trabalhadores deparou com uma resistência feroz dos agrários que, nuns casos, se recusaram a pagar a jorna exigida pelos trabalhadores, noutros recorreram às forças repressivas para os forçar a trabalhar pela jorna que eles queriam impôr.

Mais uma vez, como não podia deixar de ser sempre que, unidos e firmes lutem pela satisfação das suas reivindicações, triunfou a vontade dos trabalhadores. Para isso, um rancho de 50 homens e mulheres que andava na apanha da azeitona nas herdades da Laje e do Reguenginho por conta do agrário Marques dos Santos esteve 3 dias em greve. Ao fim destes 3 dias, os trabalhadores acabaram por ver satisfeita a sua reivindicação.

— Nas fazendas do Marques Coxo, um rancho com mais de 20 pessoas esteve uma semana em greve. Também estes trabalhadores ao fim dessa semana de greve acabaram por ver satisfeita a sua reivindicação.

— A Mouzinha, proprietária da Quinta da Cruz Velha, foi mais longe na sua teimosia de exploradora. Além de se recusar a pagar as jornas de 35\$00 e 20\$00 ao rancho que trazia por sua conta, foi dar parte à G.N.R. para que esta forçasse os trabalhadores a apanhar a azeitona pela jorna de 30\$00 aos homens e de 15\$00 às mulheres. Enfurecida por não levar a sua ávante, a Mouzinha foi buscar um rancho a Vendas Novas, mas teve que pagar a 36\$00 aos homens, 26\$00 às mulheres e dar-lhes alojamento para dormirem, lenha para cozinhare e luz para se alumiares.

HERDADE DO CARVALHAL — Mais de 30 trabalhadores, que andavam na limpeza das árvores por conta do fascista Teotónio Pe-

reira a ganhar a jorna de 30\$00 exigiram, junto do feitor, um aumento de 3\$00. Como este só lhes garantisse 2\$00, os trabalhadores ameaçaram-no de arranjar outro patrão. Dada a firmeza dos trabalhadores o Teotónio Pereira não teve outro remédio senão dar os 3\$00.

Na semana seguinte, com o mesmo processo de luta, conquistaram mais 2\$00 sendo a sua jorna de 35\$00 e as 8 horas.

É de salientar que, o ano passado, este agrário conseguiu fazer todo o corte com jornas de 25\$00. Este ano já está a pagar 35\$00 e os trabalhadores lutam pela conquista da jorna de 45\$00.

S. SEBASTIÃO DA GIESTEIRA — Um cárvoeiro, conhecido pelo «Troncho», falou a 10 trabalhadores desta localidade para irem tirar cortiça à falca a 45\$00. Eles exigiram 50\$00 e, dada a sua unidade e firmeza, o «Troncho» se quiz a cortiça tirada teve que dar a jorna que eles exigiram.

CABRELA — O agrário José Louro teve que pagar este ano jornas de 35\$00 aos trabalhadores das sementeiras. Até os próprios «alment-centros» a quem este agrário costumava pagar a jorna que entendia e este ano só queria pagar 25\$00, exigiram e conquistaram os 35\$00.

— Nesta região, os trabalhadores da esgalha já conquistaram a jorna de 40\$00 e as mulheres que andam a desmoitar, 22\$00.

STº ESTEVÃO (Vendas Novas) — 6 trabalhadores, que andavam a abrir um poço por conta do empreiteiro Raminhos, recusaram-se a trabalhar por conta deste explorador, porque o encarregado lhes descontou duas horas que tinham perdido por causa da chuva.

ERMIDAS — Nesta região as mulheres conquistaram jornas de 20\$00 na apanha da azeitona.

ABELA — Aqui as mulheres conquistaram jornas de 15, 16 e 17\$00.

COMPANHEIROS! Como sempre o «Camponês» tem afirmado nas suas colunas só com a nossa luta UNIDA E FIRME podemos fazer alto à exploração patronal, melhorar a nossa situação de fome e

miséria e as nossas condições de trabalho.

Unidos na luta contra os nossos exploradores somos uma força que os agrários e seus lacaios são obrigados a respeitar.

«O Camponês» saúda os valentes trabalhadores da região de Montemor, que não hesitaram em recorrer à GREVE como forma superior de luta para obterem a satisfação das suas reivindicações; saúda os trabalhadores de S. Sebastião da Giesteira e de Cabrela, que souberam unir-se como um só homem para forçarem o patronato a conceder-lhes a jorna por que lutaram, e apela para a UNIDADE de todos os operários agrícolas e camponeses na luta pela satisfação das suas reivindicações imediatas.

Lutemos contra a repressão fascista

(continuação da 4ª pág.)

prende outras, mas por outro lado, a repressão consciencializa centenas de milhar de trabalhadores, educa-os, mostra-lhes quem são os inimigos do povo, prepara as massas populares para a luta revolucionária.

Nós, trabalhadores do Sul, sentimos bem na nossa carne a dureza da repressão. Milhares de nós temos passado pelas masmorras, torturados, condenados e alguns assassinados como por exemplo: Germano Vidigal, José Patuléia, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José A. dos Santos. Não se passam meses que o Sul não seja atingido por vagas de prisões. Ainda há poucas regiões de Grândola, Alcácer do Sal, Águas de Moura foram presas pela PIDE mais de três dezenas de trabalhadores.

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS! Organizemos a luta contra a repressão. Quando a polícia ou GNR tentar prender, mobilizemos toda a gente e impedimos por todos os meios ao nosso alcance que levem as pessoas presas. Tiremos os presos das mãos da polícia! Prestemos a nossa solidariedade aos companheiros presos.

Enchamos as paredes e estradas de inscrições: ABAIXO A REPRESSÃO! ABAIXO A PIDE! AMNISTIA!

O P.C.P. E A REFORMA AGRÁRIA

(continuação da 1.ª pag.)

A situação de miséria e de dificuldades das classes laboriosas dos campos resulta, em larga medida, da devesão da propriedade existente. No conjunto nacional, enquanto grandes senhores da terra possuem milhares e mesmo dezenas de milhares de hectares, mais de 800.000 camponeses não têm um palmo de terra e meio milhão de pequenos agricultores têm terra insuficiente (por vezes dispersa em muitas minúsculas courelas) para prover ao sustento das respectivas famílias. Há grandes proprietários que têm mais terra que dezenas de milhares de pequenos agricultores tomados em conjunto. Os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500.000 mais pequenos.

O País encontra-se dividido em duas grandes zonas diferenciadas onde existem apenas algumas regiões discordantes: predomínio da muito grande propriedade no Sul, predomínio da pequena propriedade no Norte. Mas, mesmo na zona norte, com a expropriação dos pequenos produtores, a situação evoluiu para o predomínio de grandes proprietários de pequenos prédios que cultivam estes directamente ou os dão de renda e parceria.

Os pequenos proprietários, em vias de ruína e de proletarianização, são confinados numa superfície agrícola cada vez mais reduzida. A concentração da propriedade continua a acentuar-se.

Com o «emparcelamento» nas regiões de pequena propriedade, os grandes lavradores pretendem arrebatar as melhores terras aos pequenos proprietários, centralizá-las nas suas mãos e criar explorações agrícolas de maior dimensão e mais rentáveis.

Com o «parcelamento» e a «colonização» nas regiões de latifúndio, facilitando a criação de pequenas explorações insuficientes para manter os que nelas trabalham, os grandes agrários pretendem, além da criação duma classe-tampão entre os grandes lavradores e os proletários, atrair e fixar mão-de-obra a baixo preço junto dos atrasados latifúndios hoje sujeitos a cultura extensiva e transformar estes em grandes explorações capitalistas com maiores investimentos de capital e mais altos rendimentos.

Com o «repovoamento florestal» no Norte, o governo arrebatou os baldios ao uso dos pequenos cultivadores e apressa a sua ruína. Com a «reconversão agrária» no Sul, o governo pretende entregar o monopólio da cultura de trigo aos grandes lavradores, consumir a liquidação da pequena lavoura, sacrificar a cultura cerealífera ao fornecimento de madeira como matéria-prima a monopólios industriais portugueses e estrangeiros.

Com as «leis de arrendamento», estabelecem-se prazos mínimos suficientes para incitar o pequeno rendeiro a fazer melhoramentos e insuficientes para poder tirar deles os benefícios.

A política fascista conduziu a agricultura a uma crise sem precedentes, de que os grandes agrários procuram sair sacrificando ainda mais o proletariado rural e os pequenos e médios agricultores.

O capitalismo desenvolve-se rapidamente nos campos. Apesar do atraso geral da agricultura e das sobrevivências de formas semi-feudais de exploração (parcerias, rendas por quotas parciais; pagamento em gêneros, etc.), as relações de produção capitalista, predominam já largamente. Os assalariados rurais constituem mais de dois terços da população agrícola activa.

O aumento do número absoluto dos proletários rurais que se verificou nitidamente nas três primeiras décadas da ditadura, como resultado da liquidação vertiginosa da pequena produção, é contrariado pela dispensa crescente de mão-de-obra provocada pela utilização de máquinas e processos técnicos e pela industrialização de actividades que tradicionalmente pertenciam ao sector agrícola. A tendência é para o aumento do número de proletários rurais nas regiões de pequena propriedade e diminuição nas regiões de grande propriedade. A evolução do número de proletários rurais à escala nacional depende da relação entre a rapidez de processo da proletarianização dos pequenos produtores e do processo de expulsão da agricultura de proletários desempregados.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura representa o agravamento da situação da população trabalhadora: salários de fome e de-

Um punhado de traidores...

(continuação da 1.ª pag.)

«sensores da integridade da Pátria», nós bem sabemos que a «Pátria» deles é a ganância do lucro, e a exploração desentreada dos povos; nós bem sabemos que, para aumentarem as suas fabulosas riquezas não hesitam em vender parcela após parcela do nosso território. Também não ignoramos que, ao venderem a Nação, fazem-no a troco dum criminoso auxílio para aguentar as guerras coloniais e para que as potências imperialistas, dados os seus interesses adquiridos no País, intervenham para esmagar a luta democrática e popular do povo português.

A PÁTRIA ESTÁ EM PERIGO!

A venda de parcelas do nosso território ao estrangeiro significa para o nosso País a perda da independência económica e política e uma grave ameaça para a vida do povo português. Milhares de pequenos e médios camponeses são expulsos das terras que já os seus avós cultivavam e lançados na miséria. Os imperialistas, tendo apenas em mira o lucro, fazem razião dos recursos e riquezas nacionais, realizam uma extração devoradora nas nossas minas sem se interessarem pelo futuro económico do nosso País.

TRABALHADORES DO CAMPO.

Organizemos potentes acções de massas contra a ocupação devoradora do nosso País pelos imperialistas estrangeiros.

Recusemo-nos a abandonar as terras que cultivamos, seja sob que pretexto for.

CASTIGO PARA OS TRAI-DORES QUE VENDEM A RETALHO O SOLO PATRÍO!

Façamos inscrições nas paredes e estradas:

FORA COM OS IMPERIALISTAS E AS BASES DE GUERRA DA NOSSA PÁTRIA!

ABAIXO O FASCISMO! ABAIXO O IMPERIALISMO!

sempre durante grande parte do ano para os assalariados; ruína, miséria, e expropriação para os pequenos agricultores. Esta situação leva todos os anos dezenas de milhares de proletários rurais e pequenos agricultores arruinados a procurarem trabalho nas cidades ou a emigrarem para o estrangeiro.

(continua na 4.ª pag.)

O Partido Comunista Português e a Reforma Agrária

Continuação da 3.ª pag.

Nada fazendo para minorar a difícil situação da população trabalhadora nos campos, o governo fascista vota aldeias ao abandono, faltam habitações condignas, caminhos, água, luz, assistência médica, escolas, etc.

Não é possível a construção dum regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários, sem entregar a terra a quem a trabalha.

A realização da reforma agrária e duma política agrária que defenda os interesses da população laboriosa dos campos é um objectivo central da revolução democrática e nacional.

Para atingir este objectivo, são fundamentais as seguintes medidas:

1. Expropriação dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para efeito de expropriação serão determinadas por lei, tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura, o valor do produto e o peso relativo das várias camadas do campesinato em cada região. Em todos os outros casos respeito pela propriedade privada da terra.
2. Entrega das terras expropriadas aos assalariados rurais e aos camponeses pobres (proprietários, rendeiros e parceiros). Divisão e distribuição nuns casos da terra para ser explorada individualmente ou em cooperativas, e estabelecimento noutros casos da exploração directa pelo Estado, tendo em conta a vontade das massas camponesas.
3. Elevação dos salários e garantia de trabalho para os assalariados rurais, tornando-lhes extensivas as conquistas sociais do proletariado industrial. Jornada de 8 horas.
4. Extinção de formas semi-feudais de exploração, como foros e parcerias nas suas diversas modalidades, e entrega àqueles que a trabalham e a título de propriedade plena, das terras presentemente exploradas em tal regime. Reforma do regime de arrendamento. Anulação das dívidas usurárias.

5. Restituição ao uso dos povos respectivos das terras baldias e outras usurpadas pelo Estado fascista e grandes agrários.

6. Auxílio do Estado aos pequenos agricultores, estimulando a formação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas, concedendo créditos a juro módico, fornecendo máquinas em boas condições, facilitando a aquisição e transporte de adubos, insecticidas e fungicidas, prestando assistência técnica e autorizando a instalação de indústrias subsidiárias para laborar os produtos agrícolas das próprias cooperativas.

7. Melhoramento das condições gerais de vida nas aldeias, pela electrificação, construção de estradas e escolas, abastecimento de água, instalação de postos médicos, etc.

8. Desenvolvimento da indústria de adubos químicos e de máquinas agrícolas, realização de obras de rega, electrificação rural, fomento pecuário, melhoramento das vias e meios de transporte, construção de silos, adegas e lagares e criação de parques de tractores e máquinas agrícolas, para utilização em boas condições pelas cooperativas e pelos agricultores individuais.

9. Liquidação da especulação, do parasitismo comercial e dos monopólios de compra, de distribuição e venda dos produtos agrícolas e pecuários

pelos grandes agrários hoje instalados na organização corporativa. Liquidação dos Grémios, Federações e Juntas. Reorganização do aparelho comercial dos produtos agrícolas e pecuários, na base da colaboração do Estado com as cooperativas de agricultores, de forma a garantir preços remuneradores aos produtores sem sobrecarga dos consumidores.

10. Alargamento das insenções de impostos aos camponeses pobres, estabelecimento dum sistema progressivo da contribuição predial rústica, segundo o princípio: «paga mais quem mais tiver».

Com a realização da Reforma Agrária só terão a perder os latifundiários e grandes capitalistas e terá a ganhar toda a população trabalhadora dos campos.

A realização da reforma agrária e de outras medidas de que beneficiarão directamente os proletários rurais e a grande maioria dos camponeses permitirá elevar o seu nível de vida, salvar da miséria e da ruína os pequenos agricultores e transformar a atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florescente, base indispensável duma vida desalugada para todos os portugueses e duma economia nacional próspera e independente. Permitirá também eliminar o poder dos latifundiários e grandes capitalistas da agricultura, que constituem uma base social da reacção e do fascismo.

LUTEMOS MAIS DECIDIDAMENTE CONTRA A REPRESSÃO FASCISTA

A repressão sempre foi para o salazarismo a única maneira de responder às reivindicações dos trabalhadores e do Povo pelo Pão e pela Liberdade. Mas nestes últimos anos, em face de um maior agravamento da crise do regime e das guerras coloniais, do crescimento da luta das massas populares, a repressão fascista tomou formas mais brutais e refinadas.

Aumenta o número de prisões, de julgamentos e condenações políticas. Em 1964 foram presas em média 16 pessoas por dia; o número de patriotas julgados somaram mais de 600 anos de cadeia! De 1960-1964 foram julgados 698 presos políticos, dos quais mais de 200, com «medidas de segurança».

Hoje, para a criminoso PIDE, o sexo ou idade não conta. Ser comunista, socialista, democrata, republicano, católico ou simples trabalhador, ninguém está livre de ser preso, torturado e condenado. Basta não estar com Salazar, com os traidores da Pátria. E o fascismo está disposto a ir mais longe na sua fúria repressiva. Basta olhar para os discursos histéricos dos salazaristas: «Quem não está com Salazar é contra a Nação! É traidor! É comunista! É estrangeiro! Deve ser castigado!» etc. Porém a repressão cega, as torturas da PIDE, a prisão perpétua não salvarão o regime de Salazar. O povo português levantar-se-á e despedaçará em bocados a ditadura. O regime salazarista está condenado historicamente porque não expressa os interesses do povo e do progresso. É contra a Nação, contra o povo.

A repressão é uma arma de dois gumes! Por um lado destrói temporariamente as organizações democráticas, aterroriza algumas pessoas,

continua na 2ª pag.)